

O FIM DA GOLDEN SHARE NA GALP É UM CRIME

**CONTRA OS INTERESSES DO PAÍS,
DOS TRABALHADORES E DO POVO PORTUGUÊS**

Hoje você volta a ser roubado. Realiza-se esta manhã a Assembleia Geral da Galp onde o Governo vai abdicar dos poderes especiais que tem na empresa. Desde de hoje a empresa passa a poder tomar as decisões que mais interessem aos seus grandes accionistas (o português Grupo Amorim e os italianos da ENI), mesmo que isso seja contrário aos interesses do país. Por exemplo a Galp deixa de estar obrigada a garantir o fornecimento de petróleo necessário ao funcionamento do país ou passar a estar “livre” para encerrar as refinarias em Portugal, como já no passado tentaram os seus accionistas privados..

Trata-se de uma decisão que, revelando a inteira submissão ao programa de agressão externa que PSD, CDS e PS, com a complacência do Presidente da República, subscreveram com a União Europeia e o FMI, sujeita o país, os trabalhadores e o povo a um autêntico saque pelos capitalistas e grandes potências como a Alemanha.

A abdicação dos direitos especiais (Golden Share) na Galp, PT e EDP insere-se num vasto e criminoso programa de privatizações com consequências desastrosas para a vida concreta dos portugueses.

PSD, CDS, com o acordo do PS e com a promoção do Presidente da República governam a favor dos grandes e poderosos e contra quem trabalha e vive do seu trabalho.

COM O PCP:

FAZER FRENTE!

À PILHAGEM DOS RECURSOS NACIONAIS PELOS CAPITALISTAS

Para o PCP há alternativas, há outra política!

Para o PCP os interesses do povo português, reclamam uma política contrária ao actual rumo em curso. A necessidade de desenvolver o país, elevar a produção nacional, combater o desemprego, melhorar as condições de vida das populações, travar o endividamento e a dependência externa, defender a soberania nacional, exigem que o Estado utilize todos os instrumentos de política económica que a Constituição da República prevê, designadamente o reforço do papel do sector empresarial do Estado.

No caso dos sectores com forte tendência para gerarem monopólios naturais ou fortes poderes de mercado (oligopólio) de um grupo muito restrito de grande grupos económicos, como acontece com os serviços em rede, na energia, comunicações, telecomunicações, transportes, grande distribuição, ou com o sector financeiro, entre outros, a forte presença do Estado deverá ser um garante de fornecimentos em quantidade, qualidade e preço, ao serviço da economia, do povo e do país e de manutenção de um instrumento público único no adequado ordenamento do território.

O PCP considera que aquilo que se impõe é: o imediato abandono do programa de privatizações em curso; a anulação da decisão de eliminação dos direitos especiais que o Estado detém em várias empresas e a sua efectiva utilização de acordo com os interesses nacionais; a adopção de uma política que vise a recuperação para as mãos do Estado do controlo dos sectores básicos e estratégicos da economia.

O PCP, apela aos trabalhadores e ao povo, a todas as camadas da população afectadas por estas medidas acordadas entre PSD, CDS e PS para que se mobilize, organize e lute. A condenação do futuro do país não é uma inevitabilidade! Com a força de quem trabalha e produz riqueza, com o PCP é possível outro futuro para o país.

Em 2010 a Galp apresentou um resultado liquido de 306 milhões de euros, com esta medida do Governo certamente os accionistas vão ganhar mais, mas os trabalhadores, as populações e o país vão ver acrescidas as suas dificuldades, para mais quando os lucros já são desviados para a Itália (sede da ENI) e a Holanda (Sede Fiscal da Amorim).

**É preciso lutar contra o saque
que está a ser realizado pelo grande capital!**

**Organização Regional de Lisboa
Partido Comunista Português**

